

Revista Filosófica de Coimbra

VOL. 4 • N.º 8 • OUTÚBRO 95

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA - *A Crise do Mundo da Vida no Universo Mediático Contemporâneo*

AMÂNDIO AUGUSTO COXITO - *Luís A. Vernei e J. Locke: Linguagem e Comunicação*

MARIA LUÍSA PORTOCARRERO F. SILVA - *Problemas da Hermenêutica Prática*

HANS-ULRICH HOCHÉ - *Universal Prescriptivism Revised; or: The Analyticity of the Golden Rule*

MARIA LUÍSA RIBEIRO FERREIRA - *A propósito da Formação de Professores - Notas para um Debate*

J. NEVES VICENTE - *Educação, Diálogo, Crítica e Libertação na Acção e no Pensamento de Paulo Freire*

LUIS A. VERNEI E J. LOCKE: LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

AMÂNDIO A. COXITO

Foi J. Locke quem pela primeira vez na filosofia moderna produziu um tratado versando expressamente questões da filosofia da linguagem (ainda que a gênese das reflexões sobre esse tema já se encontre em autores anteriores, nomeadamente na *Grammaire générale et raisonnée* de A. Arnauld e C. Lancelot e na *Logique ou l'art de penser* de A. Arnauld e P. Nicole). E foi sobretudo o livro III do *Essay concerning Human Understanding* (1690), intitulado "Of Words", que teve uma influência deveras marcante na época do Iluminismo. Com efeito, a semiótica dos Enciclopedistas é, até certo ponto, a realização do tema lockeano numa ciência dos sinais linguísticos¹.

A justificação daquela influência está no facto de a semiótica aparecer, na obra de Locke, intimamente associada à teoria do conhecimento (ao contrário do que sucedera na Idade Média, em que o vínculo se realizara com a lógica e a gramática). E é bem sabido como, a partir de Descartes, com a implantação da atitude subjectivista, a problemática gnosiológica se tinha tornado o centro das preocupações filosóficas. A nova orientação da semiótica está bem espessa quando Locke escreve que "existe uma tão íntima conexão entre ideias e palavras e as nossas ideias abstractas e as palavras gerais têm uma relação tão constante entre si que é impossível falar clara e distintamente sobre o nosso conhecimento — todo ele constituído por proposições — sem considerar em primeiro lugar a natureza,

¹ AUROUX, Sylvain — *La sémiotique des Encyclopédistes*, Paris, Payot, 1979, p. 309. Usamos o termo "sinal linguístico" e não "signo" em função da caracterização dos respectivos conceitos feita por J. Herculano de Carvalho (*Teoria da linguagem*, Coimbra, Atlântida, 1967, t. I, p. 157; cfr. "Signo" e "Sinal", in *VERBO — Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*).

o uso e a significação da linguagem”². Mais especificadamente, no âmbito duma ciência dos sinais linguísticos, o importante é, antes de mais, partir duma análise semântica para se poder explicar adequadamente o conhecimento.

No entanto, as reflexões de Locke levaram-no a concluir que a questão fundamental é a do estatuto semântico das palavras gerais, motivo por que não alude à significação das proposições. O facto tem subjacente a importância gnosiológica atribuída à problemática dos universais, que, por isso, aparece associada à filosofia da linguagem, como um dos seus fundamentos. Na verdade, dado que os nomes (excepto os nomes próprios no sentido restrito) são gerais no uso que deles se faz, é preocupação de Locke indagar acerca da natureza dos universais que significam e, conseqüentemente, dos conteúdos de conhecimento que veiculam. A este respeito, ao contrário de Locke, a filosofia das Luzes irá conceder um lugar fundamental à concatenação das palavras em frases, constituindo até a questão da sua ordem no discurso um dos temas linguísticos mais discutidos no século XVIII³.

*

Por inspiração de Locke, parcialmente, em Vernei o estudo da linguagem visa também determinar o uso adequado deste instrumento intelectual no conhecimento da realidade. Tal estudo é feito, dum modo expresso, na *De re logica*, logo a seguir à análise da origem, natureza e classificação das ideias, numa parte da obra intitulada “De idearum signis”⁴. Mas são também muito relevantes algumas reflexões contidas na *De re metaphysica* e, obviamente, no *Verdadeiro método de estudar*.

Em primeiro lugar, é baseada em Locke a caracterização da linguagem como instrumento de comunicação. E Vernei expressa isso decalcando parcialmente um passo da obra do seu antecessor: “Visto que Deus criou o homem para viver em sociedade e a sociedade humana não pode subsistir se os homens não expressarem claramente entre si o que pensam, foi necessário instituir um meio pelo qual as percepções da mente saíssem, por assim dizer, do seu domicílio e se manifestassem aos outros. Por via disso, /Deus/ não pôde encontrar outra coisa mais adequada e excelente

² LOCKE, John — *An Essau concerning Human Understanding*, Londres, G. Routledge & Sons, s. d., II, XXXIII, 19, p. 320; cfr. III, IX, 21, p. 395.

³ AUROUX, Sylvain — *Op. cit.*, p. 20; RICKEN, Ulrich — *Grammaire et philosophie au siècle des Lumières*, Lille, Université de Lille III, 1978, p. 9.

⁴ VERNEI, Luís A. — *De re logica*, 3ª ed., Lisboa, 1762, III, II, p. 84-118.

do que unir os nossos pensamentos à linguagem humana, de modo que, ouvida esta, pudéssemos perceber com clareza o que os outros concebem no seu espírito”⁵.

O texto citado acentua que os actos de comunicação que pela linguagem são conformados têm como objectivo essencial a transmissão de conhecimentos. Implicitamente, é feita uma referência à função interna da linguagem, como suporte do conhecimento que se realiza no interior do próprio sujeito. Quanto a esta, Locke tinha sido mais explícito, ao afirmar que, quando as palavras são usadas privadamente, visando a retenção ou conservação dos pensamentos, podemos fazer-lhes corresponder as ideias que bem entendermos, uma vez que não está em causa o propósito de comunicar⁶. No entanto, nada existe aqui que não pertencesse já a uma concepção tradicionalmente aceite.

Não se pode dizer o mesmo duma outra questão a que Vernei alude, logo em seguida: a da origem das línguas. Este tema tinha interessado muito pouco a linguística de tendência cartesiana. Na segunda metade do século XVIII, porém, foram vários os autores que se sentiram solicitados pelo problema da origem e da filiação das línguas⁷. Uma das explicações é o facto de se ter então entendido que, estando associados os progressos do entendimento humano ao aperfeiçoamento da linguagem, se tornava necessário elucidar a génese desta para avaliar o progresso dum povo⁸.

Mas em Vernei este tema surge apenas aflorado, com o argumento de que há assuntos “mais úteis” para tratar, o que justifica uma censura àqueles que se preocupavam em descobrir um suposto estágio natural originário para as línguas, relativo à linguagem adâmica e à sua adequação à realidade⁹. Também Locke tinha passado por alto essa questão, até porque a etimologia estava ainda, ao tempo, na sua infância, não obstante a possi-

⁵ *Idem*, III, II, 1, p. 84. Cfr. LOCKE, John — *Op. cit.*, III, I, 1, p. 321; III, II, 1 e 2, p. 323.

⁶ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, IX, 1-2, p. 385-386.

⁷ FRANÇOIS, Alexis — “La langue postclassique”, in BRUNOT, Ferdinand — *Histoire de la langue française des origines à 1900*, Paris, A. Colin, 1917, t. VI, 2ª Parte, p. 909-910; JULIARD, Pierre — *Philosophies of Language in Eighteenth-Century France*, Paris, Mouton, 1970, p. 21 ss..

⁸ JULIARD, Pierre — *Op. cit.*, p. 59 ss.; JOLY, A. — Introdução a THUROT, F. — *Tableau des progrès de la science grammaticale (Discours préliminaire a “Hermès”)*; Bordéus, Ducros, 1970, p. 43. Aquela preocupação perdurou para além do século XVIII, como se depreende dum texto de Renan (*De l’origine du langage*, Paris, Calmann-Lévy, 1925, p. 69), que conclui deste modo: “L’étude approfondi du langage sera toujours le moyen le plus efficace pour aborder les origines de l’esprit humain”.

⁹ VERNEI, Luís A. — *Op. cit.*, III, II, 1, p. 85 e nt. 4.

bilidade de utilizar algumas informações disponíveis¹⁰. Como refere H. Aarsleff¹¹, a análise de Locke (e, poderíamos acrescentar, também a de Vernei) é sincrónica, tomando as palavras na sua função significativa, mas não é diacrónica, como a de Leibniz, que valoriza a investigação filológica. O que interessava a Locke e a Vernei era delimitar o uso legítimo da linguagem como instrumento de conhecimento das realidades naturais.

*

É em virtude da dimensão gnosiológica da linguagem que se compreende o interesse de Vernei em determinar a natureza do sinal linguístico. A este propósito, ele não faz mais do que pôr em relevo a tese convencionalista clássica (já presente em Aristóteles e em toda a tradição escolástica), segundo a qual o laço que une um significante ao seu significado é “arbitrária”, pois “as palavras são sinais arbitrários das coisas para cuja significação foram instituídas”¹². (Nos nossos dias, para evitar expressões equívocas, o princípio da “arbitrariedade” é traduzido por vezes pelo conceito de “convencionalidade do significante”)¹³.

Toda a linguagem é, portanto, convencional, porque função duma instituição humana, tendo como fundamento uma imposição deliberada e imotivada. Locke tinha justificado a teoria com o argumento de que, não sendo assim, “existiria apenas uma única linguagem para todos os homens”¹⁴. O facto de que as línguas são diversas prova a convencionalidade dos sinais de que se servem, aparecendo estes dependentes da vontade do sujeito ou da sua reflexão.

Em Vernei, a teoria da convencionalidade recorre às exemplificações habituais da tradição escolástica, aduzindo, para além disso, certos factos que a experiência atesta e que a filosofia da linguagem do Iluminismo realçou, nomeadamente: a diversidade de sinais no seio duma comunidade linguística, condicionada pelo factor geográfico; as diferenças nos modos de falar consoante o nível social e intelectual das pessoas (os camponeses

¹⁰ AARON, Richard I. — *John Locke*, 2ª ed., Oxford, Clarendon Press, 1955, p. 209.

¹¹ AARSLEFF, Hans — “Leibniz on Locke on Language”, *American Philosophical Quarterly*, 50 (1964), p. 178.

¹² “Hinc fit manifestum voces esse signa arbitraria rerum ad quas significandas constitutae sunt” (VERNEI, Luís A. — *Op. cit.*, III, II, 1, p. 87).

¹³ CARVALHO, J. Herculano de — *Teoria da linguagem*, t. I, p. 173-177.

¹⁴ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, II, 2, p. 323. É interessante notar que Saussure (*Cours de linguistique générale*, ed. crítica de T. de Mauro, Paris, Payot, 1974, p. 100) repete este argumento de Locke, ao justificar o seu primeiro princípio sobre a natureza do sinal linguístico (“l’arbitraire du signe”).

não falam como os habitantes da cidade; os filósofos, os poetas ou os cultores das ciências têm também uma linguagem característica); as variedades estilísticas, pelo facto de o mesmo indivíduo adequar a sua linguagem às circunstâncias, pois “há palavras que, na sua aceção própria, têm um sentido de decoro, mas (...) numa circunstância diferente podem parecer obscenas”¹⁵; por fim, aquilo a que poderíamos chamar as “variedades diacrónicas” comprovam ainda a referida convencionalidade, por existirem numa mesma comunidade linguística expressões que, de uso corrente no passado, se tornaram actualmente obsoletas e ininteligíveis¹⁶.

Sendo convencionais, os sinais linguísticos não são, por isso mesmo, naturais, pois a sua relação significativa não se fundamenta numa conexão real com o objecto significado (como acontece, por exemplo, com o fumo enquanto sinal do fogo)¹⁷. As palavras não têm uma relação intrínseca com algo diferente delas. Esta ideia está bem expressa no seguinte passo da *De re logica*: “Dado que ao mesmo nome — como ‘triângulo’, ‘relógio’ — posso ligar uma ideia diferente, segue-se que as definições dos nomes dependem da convenção das pessoas. E não é legítimo censurar alguém que defina os nomes em conformidade com o seu parecer, não usando invariavelmente os vocábulos segundo a mesma significação. De facto, também os matemáticos definem os nomes como lhes convém”¹⁸.

Quer isto, portanto, dizer que nenhum elemento linguístico determinado é necessário e que poderia usar-se outro em seu lugar. No entanto, no texto atrás citado Vernei não estava pensando que as pessoas que entre si comunicam não têm que respeitar as relações estabelecidas, pela comunidade linguística, entre os significantes e os significados, podendo, arbitrariamente, alterá-las. Com efeito, ele acrescenta que é mais sensato servirmo-nos das definições correntes, para não nos tornarmos obscuros aos leitores¹⁹. A convencionalidade do significante deve ser conciliada com a ideia duma legalidade, sem o que a comunicação dos pensamentos resultaria impossível.

Na opinião de S. Auroux, a originalidade do Iluminismo esteve em ter inventado o arbitrário linguístico, tornando habitual uma prática com raízes aristotélicas, ainda que o termo “arbitrário” tivesse então recebido diversas interpretações²⁰. E certas implicações da “arbitrariedade” tornaram-se

¹⁵ VERNEI, Luís A. — *Op. cit.*, III, II, 1, p. 87.

¹⁶ *Idem, ibid.*

¹⁷ *Idem, ibid.*

¹⁸ *Idem*, IV, I, 6, p. 141.

¹⁹ *Idem, ibid.*

²⁰ AUROUX, Sylvain — *Op. cit.*, p. 47-50.

fundamentais no desenvolvimento da teoria da linguagem naquela época e, através dela, das teorias modernas. Antes de mais, a doutrina comporta uma nova postura face aos elementos pragmáticos da significação, na base de que não só o significante é convencional mas também as ideias significadas; daí que a escolha conceptual que constitui os significados não seja estável nem exaustiva (não se apoia numa intuição da essência real das coisas), mas, ao contrário, varia com as necessidades de comunicação (que levam a pôr em evidência certos aspectos daquilo de que se fala em vez doutros), com os hábitos linguísticos do meio cultural ou da classe social dos interlocutores, etc.. Foi isso o que doutro modo atrás salientámos ao falar da teoria da convencionalidade em Vernei e que ficará mais clarificado com as considerações que adiante expendermos, ao mostrarmos que as palavras não são dotadas de significações estabelecidas e garantidas por uma correspondência entre os domínios linguístico e ontológico²¹. Estamos perante uma concepção dinâmica da significação, que, presente em gérmen na semântica de Locke, só depois se tornou evidente.

*

A ciência dos sinais linguísticos em Vernei constitui-se também como um dos mais importantes testemunhos da intuição fundamental do empirismo. Se é verdade que o empirismo herdou dos sistemas racionalistas o pressuposto de que a linguagem é essencialmente um meio de conhecimento, ele possui uma faceta característica, que consiste em inculcar que as denominações da linguagem, por serem meramente convencionais, não servem para significar as coisas em si mesmas ou a sua natureza. Evitam-se assim os escolhos da metafísica, em benefício duma dimensão e duma utilidade psicológicas. A questão prende-se com a doutrina de que a relação de significação é sempre definida como uma união entre ideia e palavra ou, mais especificadamente, que as palavras não possuem o poder de significar com independência das ideias ou representações sensíveis daqueles que se servem delas.

Mas sigamos Vernei na exposição do seu pensamento, cotejando-o em seguida com o de outros autores, para extrairmos daí as devidas ilações.

Num dos passos mais instrutivos da sua doutrina semântica, escreve Vernei, servindo-se duma exemplificação, que, se pronunciarmos perante uma criança de tenra idade a palavra “gato”, apontando para o animal, ela forma inicialmente no seu espírito apenas a ideia da palavra; mas, com a

²¹ FORMIGARI, Lia — “Le langage et la pensée”, in AUROUX, Sylvain (direc.) — *Histoire des idées linguistiques*, Liege-Bruxelas, Pierre Mardaga, 1992, t. II, p. 446 ss..

repetição do acto, essa ideia acaba por ficar associada na memória à ideia do objecto designado, de tal modo que, ouvida a palavra, esta segunda ideia se apresenta automaticamente. Com o desenvolvimento psicológico, a criança acabará por compreender que ao ouvir a palavra conhece também por ela que a pessoa que a profere tem em si a ideia do objecto. Assim, a palavra suscita no espírito três ideias diferentes: a ideia de si mesma, pela qual uma determinada palavra (falada ou escrita) se distingue doutra; a ideia do objecto a que ela se refere; e a ideia do conceito (*notio*) respectivo, presente no espírito do falante. Mas, porque usamos normalmente a linguagem para nos referirmos às coisas, concluímos erradamente que só estas são significadas²². Deve, portanto, advertir-se que os objectos não são significados (ou dados a conhecer) em si mesmos, mas em função das ideias que acerca deles cada sujeito possui. Daí que seja legítimo concluir que “as palavras nada mais significam para além do que concebe na sua mente aquele que fala”²³. Apreciaremos depois as implicações desta tese.

Já tinha havido quem, desde o século XVII, tivesse sustentado que as palavras significam ideias. Assim aconteceu com os autores de Port-Royal²⁴, embora num contexto diferente, de carácter racionalista, com a consequente recusa de reduzir as ideias a conteúdos da consciência sensível ou imagens²⁵. Foi, porém, Hobbes, na época moderna, o primeiro defensor da teoria, que constitui o princípio fundamental da sua análise da linguagem²⁶, tendo tornado ociosa a disputa, com implicações meta-

²² VERNEI, Luís A. — *Op. cit.*, III, II, 1, p. 87-88.

²³ “Hinc voces nihil amplius significant nisi quod ille qui loquitur mente concipit” (*Idem*, p. 90).

²⁴ “Ainsi les mots sont signes d’institution des pensées et les caracteres des mots” (ARNAULD, Antoine e NICOLE, Pierre — *La logique ou l’art de penser*, ed. crítica de P. Clair e F. Girbal, Paris, P. U. F., 1965, I, 4, p. 54). Cfr. ARNAULD, Antoine e LANCELOT, Claude — *Grammaire générale et raisonnée ou la grammaire de Port-Royal*, ed. crítica de H. E. Brekle, Stuttgart-Bad Cannstatt, F. Fromman, 1966, t. I, p. 27.

²⁵ ARNAULD, Antoine e NICOLE, Pierre — *Op. cit.*, I, 1, p. 39 ss..

²⁶ CASSIRER, Ernst — *La philosophie des formes symboliques. I: Le langage*, trad. de O. Hansen-Love e J. Lacoste, Paris, Les Éditions de Minuit, 1972, p. 79. “Quoniam autem nomina (...) disposita in oratione, signa sunt conceptuum, manifestum est ea non esse signa ipsarum rerum; quo sensu enim intelligi potest sonum huius vocis ‘lapis’ esse signum ‘lapidis’, alio quam ut is qui vocem eam audisset colligeret loquentem de lapide cogitasse?” (HOBBS, Thomas — *Elementorum philosophiae sectio prima: De corpore*, Londres, 1655, I, II, 5, p. 10). Cfr. DUCHESNEAU, François — *L’empirisme de Locke*, Haia, Martinus Nijhoff, 1973, p. 131; GUTIÉRREZ LÓPEZ, Gilberto A. — *Estructura de lenguaje y conocimiento. Sobre la epistemología de la semiótica*, Madrid, Fragua, 1975, p. 63.

físicas, vigente na Escolástica, sobre se as palavras significam naturezas universais ou objectos concretos. Estão por isso aí os antecedentes da concepção empirista.

Mas a recepção da doutrina em Vernei deriva directamente de Locke, para quem “as palavras, na sua significação primária ou imediata, estão apenas no lugar das ideias presentes no espírito de quem as usa”²⁷, embora se julgue precipitadamente que significam as coisas que se supõe representarem. Quando uma pessoa mantém conversação com outra é porque acha que pode ser entendida, pelo que o seu acto de fala tem como finalidade tornar conhecidos os seus pensamentos ao ouvinte.

Há no entanto uma nuança entre as concepções de Vernei e de Locke (ainda que, em relação ao primeiro, se possam apontar algumas inconseqüências). Vernei não afirma, ao contrário de Locke, que os significados imediatos das palavras sejam as ideias, o que implicaria aceitar que estas são o primeiro objecto do conhecimento. Elas funcionam apenas como intermediárias no conhecimento das coisas: “As ideias das coisas (...) são aquilo que, enquanto presente ao nosso espírito, leva a perceber ou a sentir algo distinto do próprio espírito”²⁸. A questão tem a ver com o modo de interpretar a natureza das ideias e, em virtude disso, com a problemática do fenomenismo subjectivo na filosofia moderna. Mas, no que concerne à doutrina semântica, existe uma coincidência, quanto ao essencial, dos pontos de vista dos dois autores em causa, por ambos concordarem em que os sinais da linguagem não significam algo independentemente das ideias dos seus utentes. Dito doutro modo, aquilo que significam ou dão a conhecer é função da experiência de cada sujeito.

Locke pretendeu que, em princípio, a sua teoria semântica se aplicasse a todas as espécies de palavras, ainda que no breve capítulo sobre as “partículas”, introduza excepções relativas àquilo que na tradição medieval se designava por “sincategoremas” (por exemplo, a cópula “é”, a palavra “não” e partículas como “e”, “mas”, “de”, “portanto”), que não são nomes de ideias mas servem apenas para significar a conexão que o espírito estabelece entre ideias ou proposições, vinculando umas com outras²⁹. Quanto aos verbos, embora não sejam excluídos do âmbito da tese principal, também não são explicitamente tidos em conta. A tese funciona,

²⁷ “Words in their primary or immediate signification stand for nothing but the ideas in the mind of him that uses them” (LOCKE, John — *Op. cit.*, III, II, 2, p. 323; cfr. III, II, 3-4, p. 324).

²⁸ VERNEI, Luís A. — *De re physica*, Roma, 1765, X, II, p. 448.

²⁹ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, VII, 1, p. 381.

portanto, somente em relação aos “nomes” (substantivos e adjectivos); pelo menos, só estes são inequivocamente considerados³⁰.

Para ilustrar a sua teoria, Locke serve-se dum exemplo esclarecedor. Uma criança que tenha ouvido pronunciar a palavra “ouro”, acompanhada da indicação do objecto, poderá reter apenas a cor amarela e brilhante do metal, em consequência do que de futuro aplicará essa palavra à ideia de “amarelo” e a nada mais; e “chamará ouro a essa cor na cauda dum pavão real”³¹. Outra pessoa, porém, tendo observado melhor, poderá aperceber-se de que o ouro é pesado; e uma outra de que se trata duma substância fusível e maleável. Nestes casos a palavra em causa significa também, para essas pessoas, as ideias daquelas propriedades, mas não doutras que, podendo pertencer à substância “ouro”, não são no entanto conhecidas, pois “é evidente que qualquer pessoa pode aplicar /tal palavra/ apenas à sua própria ideia, não podendo fazer com que ela esteja, como sinal, no lugar duma ideia complexa diferente da que efectivamente possui”³².

É no âmbito desta concepção que Vernei, decalcando Locke, estabelece o seguinte corolário: “A mesma palavra, para diferentes pessoas, nem sempre significa a mesma ideia”³³.

Concluindo: todas as vezes que nos servimos das palavras, se não for dum modo maquinal, elas significam, segundo Locke, dum modo imediato, as ideias que de facto possuímos acerca das coisas; ou, segundo o ponto de vista mais habitual de Vernei, as coisas em relação àquelas propriedades de que efectivamente temos ideias. Em qualquer dos casos (e isso é que é mais importante), não podemos usar as palavras para significar algo de que não possuímos ideia alguma (entendendo por “ideia”, naturalmente, uma representação da consciência sensível). De contrário, cairíamos num verbalismo oco.

Na opinião de N. Kretzmann, a doutrina acabada de expor, segundo o modo como Locke a apresenta, é “um dos disparates clássicos em teoria semântica”³⁴. Mas ela não é tão má como à primeira vista possa parecer, pois, se as palavras significam apenas ideias realmente possuídas, então as denominações e as classificações das coisas e dos acontecimentos

³⁰ Cfr. KRETZMANN, Norman — “La tesis principal de la teoría semántica de Locke”, in TIPTON, I. C. (ed.) — *Locke y el entendimiento humano*, trad. de J. Ferreira Santana, México, Fondo de Cultura Económica, 1981, p. 231-233.

³¹ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, II, 3, p. 324.

³² *Idem, ibid.*

³³ “Hinc eadem vox apud diversos homines non semper eandem ideam significat” (VERNEI, Luís A. — *De re logica*, III, II, 1, p. 90).

³⁴ KRETZMANN, Norman — *Op. cit.*, p. 227.

produzem-se em função da experiência dos falantes e, por isso, em virtude de finalidades práticas, determinadas pelas necessidades da comunicação e ditadas por factores morais, de tradição, de hábito, isto é, por factores culturais no sentido lato. Estamos mais uma vez face à concepção dinâmica da significação de que atrás falámos, que recusa que as palavras sejam a simples tradução verbal de significações estabelecidas. Foi esse o ensinamento que a filosofia das Luzes recebeu de Locke³⁵ (depurando-o no entanto do subjectivismo extremo) e que possibilitou a tese de Condillac de que o pensamento é largamente determinado pela linguagem. Está também aí a génese da opinião, incontestável, dos nossos dias de que cada sistema particular de sinais representa um modo peculiar de análise da realidade extralinguística.

*

A concepção semântica que vimos expondo, dada a sua dimensão psicológica, implica um divórcio entre a linguagem e a realidade. Na linguagem nunca transparece a natureza daquilo de que se fala, mas exclusivamente o modo subjectivo segundo o qual o espírito humano procede quando selecciona as suas ideias sensíveis simples. O espírito não está vinculado a um modelo substancial representativo da essência real das coisas³⁶. É o que Vernei declara muito explicitamente quando escreve: “As palavras nada mais significam para além daquilo que os falantes estabelecem; com efeito, ignorando os homens qual seja a essência e a natureza das coisas, não podem com alguns vocábulos compreender a sua natureza e todas as suas propriedades”³⁷.

Antes de prosseguirmos, façamos um circunlóquio para justificar porque é que, no ponto de vista de Locke e de Vernei, a linguagem não significa tal essência.

Na filosofia aristotélico-escolástica, a essência real é dada a conhecer pela definição, que se realiza por género próximo e diferença específica. Deste modo, “definição” e “essência” acabaram por tornar-se noções equivalentes. Para além da essência, existem também as propriedades (qualidades peculiares a um objecto, mas cujo carácter não é essencial) e os acidentes (qualidades que podem existir ou não, de tal modo que o objecto pode, sem contradição, ser concebido sem elas). O ponto fulcral

³⁵ Cfr. FORMIGARI, Lia — *Op. cit.*, p. 444-447.

³⁶ CASSIRER, Ernst — *Op. cit.*, p. 80.

³⁷ VERNEI, Luís A. — *Op. cit.*, III, II, 1, p. 91; cfr. III, II, 6, p. 117.

desta doutrina é que as substâncias na natureza se apresentam segundo espécies reais, possuindo cada uma delas uma essência própria, que faz com que se distingam absolutamente. E essa essência é apreendida dum modo adequado pelo intelecto.

A uma visão crítica de tal concepção da essência não passa despercebido que esta é entendida como um momento meramente ideal dos entes, com o esquecimento da sua realidade concreta. Mas foi nessa linha que, desde os gregos e os escolásticos, a filosofia persistiu em pronunciar-se³⁸. Daí que a proposta do empirismo dos séculos XVII e XVIII tivesse surgido como uma lufada de ar fresco. Para os empiristas dessa época, a essência real não consiste num conjunto de notas fixas (dadas pela definição), supostamente comuns a todos os indivíduos da mesma espécie. Segundo Vernei, essa essência é antes “o conjunto de todas as propriedades, em virtude do qual uma coisa é ela própria e não outra”³⁹. A essência é, pois, afirmada em relação a entes concretos e não a espécies, na sequência aliás da rejeição do realismo dos universais e, portanto, da proscrição na natureza de tipos fixos, ontologicamente diferenciados. A essência de Pedro, que o constitui como homem, é ser animado, provido de razão, capaz de rir, dotado de figura humana e possuir muitas outras características, referentes à constituição e à conexão das partes corpóreas mais subtis, à função dos órgãos internos, à eficácia dos humores, à causa de certas doenças, à união entre o corpo e a alma e ao modo de acção desta. Não são as notas “animal” e “racional” que constituem toda a essência real do homem. Eis aí a razão por que esta, tal como acabou de ser caracterizada, seja para nós desconhecida.

Sobre este assunto, Locke tinha sustentado o mesmo ponto de vista, fazendo também notar que, no sentido próprio e original, “essência” significa o que uma coisa é em toda a sua realidade concreta; mas o termo acabou por aplicar-se indevidamente “à constituição artificial de *genus* e *species*” e não à constituição real das coisas⁴⁰.

A essência assim concebida Vernei designa-a também por “física”, opondo-a à “nominal” ou “metafísica”. É a esta última que de momento importa atender, a propósito da teoria semântica antes exposta.

³⁸ PIRES, Celestino — “Essência”, in *LOGOS — Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*.

³⁹ “Reapse vero essentia uniuscuiusque rei est cumulus proprietatum omnium, ex quo res est haec, non alia” (VERNEI, Luís A. — *De re metaphysica*, Lisboa, 1765, IV, 3, p. 141).

⁴⁰ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, III, 15, p. 333.

A essência nominal dum coisa é aquilo que nós entendemos pela palavra que a designa. Ela caracteriza-se por ser constituída “apenas por algumas ideias mais conhecidas” que o espírito forma sobre os objectos ⁴¹, isto é, por uma combinação de ideias respeitantes a várias qualidades observáveis. Quer dizer que, ao contrário da essência dos escolásticos, a essência nominal não é descoberta pelo intelecto, como uma entidade abstracta, consistindo antes num conjunto de ideias concretas que, num dado momento, supomos corresponderem à essência real. É por isso que esse conjunto “pode diminuir ou aumentar”, em função da amplitude do nosso conhecimento dos objectos ⁴². Sendo assim, para além das propriedades que a tradição costumava considerar constitutivas da essência real de homem, “se outras propriedades fossem por nós conhecidas, se percebêssemos como se dá a união entre o corpo e a alma, como é que o espírito conhece, sente, sofre e tem prazer, como se move a estrutura do composto humano e como é afectada continuamente pelo exercício dos sentidos — então teríamos outra ideia complexa de homem, isto é, outra definição e outra essência metafísica” ⁴³. Num caso limite, se o nosso conhecimento fosse idêntico ao que Deus possui, a essência metafísica ou nominal tornar-se-ia para nós idêntica à essência real ou física e imutável como ela ⁴⁴.

Como consequência do que ficou dito, a definição dum ideia não pode estabelecer a sua compreensão exacta ou, por outras palavras, não enuncia a essência real do objecto. São apenas possíveis as definições nominais, mas não as reais ⁴⁵, entendendo aqui estas expressões em função dos conceitos de “essência nominal” e “essência real” atrás referidos. No entanto, no sentido vulgar as definições nominais podem também dizer-se reais quando declaram um grande número de notas caracterizadoras ⁴⁶ ou quando determinam a significação dum nome segundo a aceção aceite por toda uma comunidade linguística, como acontece sobretudo no

⁴¹ “Itaque duplex in homine essentia distingui potest. Altera, quae ex quibusdam tantum ideis notioribus mente componitur, et vocatur *essentia nominalis* et *metaphysica*. Altera, quae ea omnia complectitur quae re ipsa hominem constituunt; haec vocatur *realis* et *physica* et longe differt ab essentia illa metaphysica” (VERNEI, Luís A. — *Op. cit.*, IV, 3, p. 142).

⁴² *Idem*, p. 146.

⁴³ *Idem, ibid.*.

⁴⁴ *Idem, ibid.*.

⁴⁵ “Hinc definitiones rerum quae a Deo conditae sunt tantum sunt definitiones nominales, non reales” (*Idem*, p. 147).

⁴⁶ VERNEI, Luís A. — *De re logica*, IV, I, 6, p. 141, nt..

domínio das matemáticas⁴⁷. Como quer que seja, as definições nominais caracterizam sempre o objecto “como nos parece ser”⁴⁸, em virtude da experiência adquirida.

Nesta acepção, as definições nominais não têm o mesmo sentido que lhes atribuíram os escolásticos, para quem a definição *quid nominis* fixa a significação exacta duma palavra, indicando o que ela é essencialmente, razão por que era em geral interpretada como uma extensão da definição real.

Conclui-se do acabado de expor que, dada a dimensão subjectiva da definição nominal, a sua compreensão não está objectivamente determinada. Somos nós que decidimos, em face da nossa experiência, quais as ideias que entram nela. As palavras significam algo em função das nossas possibilidades de conhecer. Estamos perante uma atitude filosófica que rejeita toda a metafísica das significações e, conseqüentemente, uma concepção racionalista da linguagem (como, por exemplo, a de Leibniz). Ao ser real das coisas não corresponde um ser ideal dos conceitos manifestados pelas palavras, unidos segundo uma correlação constante e indissolúvel. Os conceitos ou as “ideias” implicam uma relação a nós próprios, isto é, à nossa organização psicológica e ao conjunto das nossas faculdades de conhecer.

Dadas as disparidades, entre os falantes, das definições nominais e, conseqüentemente, a diversidade de representações, esse facto pode conduzir, como é óbvio, a uma confusão semântica e gnosiológica, por não haver a garantia de que as ideias no espírito do emissor correspondam às do receptor. Justifica-se assim a observação de Locke de que, consistindo a finalidade principal da linguagem em comunicar aos outros o que pensamos, “as palavras não desempenham adequadamente esse objectivo, quer no discurso ‘civil’ quer no filosófico, todas as vezes que uma palavra não provoca no ouvinte a mesma ideia em cujo lugar está no espírito de quem fala”⁴⁹. Daí a quase inevitável imperfeição da linguagem, cuja ambiguidade e incerteza se origina nas variações individuais de sentido atribuído aos vocábulos.

É certo, porém — ainda segundo Locke —, que nem todas as palavras se encontram nas mesmas condições. Os nomes das substâncias materiais têm uma significação menos incerta que os dos modos mistos (mais especificadamente, os dos conceitos morais ou estéticos), como “honra”, “dedicação”, “beleza”, cujas ideias são criadas por nós duma maneira mais

⁴⁷ VERNEI, Luís A. — *De re metaphysica*, IV, 3, p. 147-148.

⁴⁸ *Idem*, p. 147.

⁴⁹ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, IX, 4, p. 386.

arbitrária, por carecerem dum modelo (*standard*) na natureza, pelo qual os homens pudessem rectificar e ajustar as suas significações⁵⁰. É, pois, em relação a estes nomes que a confusão semântica surge mais facilmente⁵¹. Mas também os nomes de substâncias não estão isentos de incerteza quanto à sua significação; se as ideias complexas correspondentes escapam à arbitrariedade das dos modos mistos — pelo facto de existirem para elas modelos naturais —, no entanto estes não podem ser conhecidos na sua verdadeira essência, motivo por que, para pessoas diferentes, as propriedades representadas como caracterizadoras não são necessariamente as mesmas⁵². Nestas condições, o uso dos nomes que designam realidades naturais torna-se muito complexo, pois cada pessoa pode fazer entrar uma determinada propriedade na ideia duma substância ou, ao contrário, prescindir dela. De entre todos os nomes, os das ideias simples são os menos sujeitos a equívocos, por se referirem imediatamente a uma percepção determinada. A palavra “azul” é perfeitamente entendida em toda a sua significação por quem tenha visto a cor respectiva e saiba que tal palavra se refere a ela⁵³. Quanto aos nomes dos modos simples, não são em geral ambíguos: a significação de “sete” ou de “triângulo” é perfeitamente clara⁵⁴. Se é verdade que estas ideias são também criadas por nós em função da experiência adquirida, elas aparecem no entanto devidamente definidas e apresentam-se com clareza e distinção.

Além destas imperfeições naturais no uso da linguagem, há outras que são devidas à obstinação e à negligência dos falantes. Locke dedica um capítulo inteiro a considerações sobre este tema, intitulado “Of the abuse of words”⁵⁵.

É a subjectividade das significações que está na base do carácter dinâmico destas, implicando uma liberdade de *interpretação* da linguagem e o seu poder criador, determinado pelas exigências práticas do conhecimento e da comunicação. Mas isso vem acentuar que a linguagem possui inevitáveis limitações intrínsecas. Foi a estas que, tanto no século das Luzes como antes, se dedicou uma grande atenção, bem como ao modo de solucioná-las.

⁵⁰ *Idem*, III, IX, 7, p. 387.

⁵¹ *Idem*, III, IX, 6-9, p. 387-389.

⁵² *Idem*, III, IX, 11-17, p. 390-394.

⁵³ *Idem*, III, IX, 18, p. 394-395.

⁵⁴ *Idem*, III, IX, 19, p. 395.

⁵⁵ *Idem*, III, X, 1-34, p. 397-412.

*

Com efeito, muitos autores dos séculos XVII e XVIII tomaram consciência dos defeitos da linguagem, sugerindo também para eles os remédios supostos como os mais adequados. Em função disso, já Descartes se tinha mostrado favorável, em princípio, à invenção duma “língua universal”, que expressasse as coisas tão distintamente que se tornasse impossível às pessoas laborarem em erro na formulação dos seus juízos⁵⁶. Mas Descartes não levou a fundo aquela investigação, tendo sido Leibniz o primeiro que traçou os seus contornos. Depois de Descartes, os autores de *La logique ou l'art de penser* sustentaram que “o melhor meio para evitar a confusão das palavras que se encontra nas línguas ordinárias é construir uma nova língua e novas palavras que estivessem vinculadas apenas às ideias que nós desejassemos que elas representassem”⁵⁷. Tal objectivo seria conseguido através do recurso sistemático às definições nominais, entendidas não como explicação da significação das palavras no uso comum da língua ou segundo a sua etimologia, mas em conformidade com o uso particular de cada falante. Parece no entanto que esta solução, se fosse exequível, apenas traria benefícios no caso de a linguagem ter exclusivamente a função de reter e clarificar os pensamentos no íntimo de cada sujeito.

A convicção generalizada era, pois, a da necessidade duma reforma da linguagem (ou a de “fixar a língua”)⁵⁸. Sobretudo em França, outras soluções foram propostas, ainda no século XVII, pelos homens de letras, nomeadamente: a realização de dicionários e de gramáticas, que atenuassem a inconsistência do uso; e a imitação dos bons autores, usando somente expressões suas⁵⁹. Essas soluções tinham a ver, genericamente, com a crença de que, consistindo a finalidade da linguagem em expressar ideias, o uso desta seria inadequado todas as vezes que entre ela e os pensamentos que se pretendessem transmitir existisse uma divergência, ocasionada quer pela negligência dos falantes quer pela imprecisão de sentido das palavras de que se servissem⁶⁰.

Nessa mesma linha, no século XVIII, para além doutras propostas mais específicas, impôs-se, entre os Enciclopedistas, a noção de “bom uso”, cuja

⁵⁶ DESCARTES, R. — Carta a Mersenne, de 20 de Nov. de 1629, in *Oeuvres philosophiques*, ed. de F. Aiquié, Paris, Garnier, 1963, t. I, p. 231.

⁵⁷ ARNAULD, Antoine e NICOLE, Pierre — *Op. cit.*, I, 12, p. 86.

⁵⁸ FRANÇOIS, Alexis — *Op. cit.*, p. 869.

⁵⁹ *Idem*, p. 869-872.

⁶⁰ Cfr. JULIARD, Pierre — *Op. cit.*, p. 45 ss..

definição nunca foi consensual, mas que Beauzée definiu do seguinte modo: “Le bon usage est la façon de parler de la plus nombreuse partie de la cour, conformément à la façon d’écrire de la plus nombreuse partie des auteurs les plus estimés du temps”⁶¹.

Mas seguir o “bom uso” da sociedade culta implicava um litígio com o mundo restrito do ensino, que exigia o recurso a termos técnicos para expressar com propriedade as ideias. E compreende-se a dificuldade dos autores em conciliar esse objectivo com o da divulgação das obras entre pessoas não especializadas. Teria sido simples se os filósofos e os cientistas variassem o seu estilo conforme a ocasião e a audiência, servindo-se do vocabulário técnico quando se dirigissem a especialistas e seguindo o “bom uso” no caso de serem as elites sociais os destinatários. Essa diferenciação não era no entanto fácil de realizar no século XVIII⁶². Por via disso, os defensores duma reforma da linguagem deparavam com o problema de como harmonizar as expectativas duma audiência de amadores com a exposição seca da verdade. As opiniões foram por vezes as mais extremadas: para os retóricos, a filosofia e a ciência deveriam ser apresentadas com adornos, pois só assim conseguiriam captar a atenção e o interesse da sociedade; outros, adversos à retórica, propunham a adopção dum estilo austero, caracterizado pela riqueza de termos técnicos e pela ausência de figuras de estilo, de contrário a filosofia e a ciência perderiam a sua integridade e independência, em termos linguísticos, tornando-se um passatempo frívolo para simples curiosos⁶³.

Foram os partidários desta segunda tendência que sugeriram ou delinaram um grande número de linguagens artificiais durante a época das Luzes (inspiradas no racionalismo cartesiano ou leibniziano e influenciadas pelo aparecimento das gramáticas filosóficas)⁶⁴, como instrumentos de comunicação e de descoberta⁶⁵. Se os projectos de criação dessas lingua-

⁶¹ “Usage”, in *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*.

⁶² FRANCE, Peter — *Rhetoric and Truth in France: Descartes to Diderot*, Oxford, Clarendon Press, 1972, p. 73.

⁶³ *Idem*, p. 78.

⁶⁴ FRANÇOIS, Alexis — *Op. cit.*, p. 917. Quanto ao Iluminismo alemão, ver ARNDT, Hans W. — “Teoria del linguaggio e conoscenza nel razionalismo classico dell’Iluminismo tedesco”, in BUZZETTI, Dino e FERRIANI, Maurizio (organ.) — *La grammatica del pensiero. Logica, linguaggio e conoscenza nell’età dell’Iluminismo*, Bolonha, Il Mulino, 1982, p. 77-101.

⁶⁵ Uma linguagem deste tipo aparece descrita no Art. “Langage nouvelle”, in *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*.

gens não passaram dum entusiasmo inconsequente, na época, não deixaram de ser muito significativos, por terem subjacente a convicção de que a ausência duma terminologia precisa era um grande obstáculo ao progresso das ciências naturais.

Por isso, na opinião dalguns historiadores, o século das Luzes, tanto no vocabulário como na sintaxe, tende para uma linguagem racionalizada, com a progressiva oposição entre uso e razão ⁶⁶. A. François escreve mesmo a este respeito que “uma língua de ‘filósofos e de sábios’, feita para ‘esclarecer e convencer’, e mais precisamente ainda uma língua de ‘geómetras’, tal é, à primeira vista, a consequência do esforço gramatical do século XVIII” ⁶⁷. De qualquer modo, essa tendência teve limites, ao distinguir-se a construção “natural” da construção usual e da figurada. A verdade é que, para muitos, como tínhamos visto, a linguagem deveria servir também para mover as paixões e deleitar, pelo uso dos tropos e das figuras, embora esta forma de linguagem devesse ser objecto duma regulamentação rigorosa. E, quanto à linguagem comum, ela era tida como inseparável duma certa liberdade de interpretação, com base nas reflexões sobre a inovação introduzida por Locke, respeitante às relações entre linguagem e pensamento.

*

Regressando a Locke, também ele tinha tido a consciência da necessidade de superar as limitações naturais da linguagem, agravadas pelo seu abuso. Tal pretensão, visando o rigor e a precisão, violenta, porém, o núcleo essencial da semântica e da gnosiológica lockeanas. Na verdade, estas supõem, como mostrámos, a subjectividade das significações, em virtude da qual o termo de referência são as próprias ideias, formadas com base numa experiência sempre mutável, que, por isso, origina as variações individuais de sentido das palavras. Mas Locke compreendeu também que as ideias só têm um uso legítimo como factores de conhecimento da natureza e de efectiva comunicação entre os homens se se tornarem intersubjectivas ou compartilháveis por todos os utentes da língua ⁶⁸. Ele pretendeu de facto manter as duas instâncias, aparentemente contraditórias no modo como as apresenta: subjectividade absoluta e comunicação. Contraditórias porque, afirmando o carácter eminentemente subjectivo das

⁶⁶ Cfr. FRANÇOIS, Alexis — *Op. cit.*, p. 917.

⁶⁷ *Idem*, p. 921.

⁶⁸ Cfr. COXITO, Amândio A. — “Luís A. Vernei e a filosofia europeia do seu tempo: O problema dos universais”, *Rev. Filos. de Coimbra*, Coimbra, 3.6 (1994), p. 304.

significações, cai por terra uma justificação adequada do uso intersubjectivo da linguagem.

A verdade é que Locke, por razões que adiante apresentaremos, se sentiu constrangido a atribuir às ideias propriedades de facto incompatíveis com a sua natureza de “existências particulares”⁶⁹, tendo de admitir que a significação das palavras não pode reduzir-se à relação com as ideias presentes na mente de quem as usa, acabando, em consequência, por considerar a relação entre “som e ideia” como uma “conexão constante”⁷⁰. Serviu-se para isso dum artifício psicológico, segundo o qual as pessoas atribuem às palavras uma “referência secreta”, *supondo*, por um lado, que elas são sinais de ideias idênticas às suas no espírito daqueles com quem comunicam e, por outro lado, que ocupam o lugar das coisas como realmente são⁷¹. Esta ambiguidade tem aliás a ver com a inconsistência da solução lockeana do problema dos universais ou do estatuto das ideias abstractas, isto é, se estas se reduzem, em último caso, a imagens particulares ou se devem ser entendidas como “essências” eternas, “não geradas e incorruptíveis”⁷².

A consciência da necessidade duma significação constante das palavras, em prol do rigor na expressão dos pensamentos, está fundamentada em Locke na utilização da linguagem como instrumento para promover o saber característico da ciência experimental⁷³; e, para além disso, na necessidade de construção duma ciência moral em forma de demonstração rigorosa, o que implicava uma defesa da universalidade das ideias quanto à sua dimensão semântica. Daí a apresentação de certas regras para remediar a subjectividade das significações. Locke dedica um capítulo inteiro do livro III do *Essay* a esse assunto, em relação ao qual vamos aludir a certos aspectos mais importantes, para depois verificarmos até que ponto ele teve repercussão na filosofia da linguagem de Vernei.

A primeira regra estabelece que não devem usar-se palavras sem uma significação determinada; ela exige, portanto, que se saiba quais as ideias

⁶⁹ LOCKE, John — *Op. cit.*, IV, XVII, 8, p. 577.

⁷⁰ *Idem*, III, II, 7, p. 325. Cfr. BUZZETTI, Dino — “Locke e la discussione sugli universali”, in BUZZETTI, Dino e FERRIANI, Maurizio (organ.) — *Op. cit.*, p. 248-249.

⁷¹ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, II, 4-5, p. 324-325. Cfr. MELENDO, Tomás — *J. Locke: Ensaio sobre el entendimiento humano*, Madrid, Ed. Magisterio Español, 1978, p. 138-147.

⁷² LOCKE, John — *Op. cit.*, III, III, 19, p. 334. Cfr. COXITO, Amândio A. — *Op. cit.*, p. 296-305.

⁷³ DUCHESNEAU, François — *Op. cit.*, p. 195 e p. 199, nt. 70; GIVNER, David A. — “Scientific preconceptions in Locke’s Philosophy of Language”, *Journal of the Hist. of Ideas*, 23 (1962), p. 346.

que lhes correspondem⁷⁴. Este preceito é, porém, insuficiente, por não garantir por si só a comunicação intersubjectiva. Mesmo que as palavras do emissor tenham para ele uma significação, esta pode não coincidir com a que o receptor lhes atribui.

Vernei decalca em Locke este preceito⁷⁵, considerando que, se não for observado, se abusa perversamente dos ouvintes, proferindo apenas “sons vazios”. O seu objectivo é denunciar o vício inerente ao pensamento escolástico, que consiste em especular sobre as palavras fora de todo o controlo empírico. Os escolásticos, na opinião de Vernei, servem-se de termos a que não corresponde ideia alguma, aplicando-os a entidades supostamente existentes, mas não dadas na experiência; ou então usam termos obscuros, porque associados a noções também obscuras, donde resulta que os ouvintes ficam incapazes de perceber o que se lhes pretende transmitir. Alguns exemplos da literatura filosófica escolástica são os termos “enteléquia”, “matéria” e “forma” (na acepção metafísica), “natureza universal”, “precisão objectiva”, “espécie inteligível”, “quididade”, “ideias eternas”⁷⁶. A crítica deste tipo de linguagem fica, pois, realizada invocando a ausência de relação de significação que a teoria semântica através referida institui como imprescindível.

Neste ponto, Vernei vai até mais longe que Locke (e nisso revela uma faceta característica do Iluminismo), considerando que a ausência de significação pode não se verificar apenas no que respeita às palavras isoladas, estendendo-se também à sua disposição no discurso. Em tal caso, embora cada uma das palavras seja dotada de sentido, a sua estruturação sintáctica pode retirar-lhes toda a capacidade significativa, “por nada existir que a tais proposições corresponda”⁷⁷. Dum modo genérico, a doutrina faz lembrar o conceito de “pseudoproposição” no empirismo lógico do nosso século⁷⁸. Por aquela transgressão semântica são incriminados não somente os filósofos escolásticos, mas também os poetas, os

⁷⁴ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, XI, 8, p. 414.

⁷⁵ Principio iis tantum verbis uti debemus quibus adsignatur significatio certae ideae, secus abutetur perverse auditorum patientia sonos inanes edendo” (VERNEI, Luís A. — *De re logica*, III, II, 3, p. 93-94.

⁷⁶ *Idem*, p. 93-95; cfr. III, II, 6, p. 116-118. Cfr. LOCKE, John — *Op. cit.*, III, X, 2, p. 397-398.

⁷⁷ VERNEI, Luís A. — *Op. cit.*, III, II, 3, p. 95. Um exemplo fornecido por Vernei: “É possível uma substância intelectual limitada aos conhecimentos especulativos”.

⁷⁸ Cfr. CARNAP, Rudolf — “La superación de la metafísica mediante el análisis lógico del lenguaje”, in AYER, A. J. (organ.) — *El positivismo lógico*, México-Madrid-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1981, p. 66-87.

oradores e os historiadores, quando lhes falece o engenho e o respeito pela inteligência alheia.

Dada a insuficiência da primeira regra, continua por resolver o problema da flutuação do sentido das palavras, de modo a que o receptor possa reproduzir o mais fielmente possível no seu espírito os pensamentos do emissor. É por isso que Locke apresenta várias outras regras, todas elas compreendidas, em último caso, na valorização da situação fáctica do *uso*, com o que ele não faz mais do que conformar-se a outras propostas coevas. Repugnaria por isso a Locke a proposta duma “característica universalis”, à semelhança de Leibniz, como um tipo de linguagem expressa em forma simbólica, que permitisse a todos usar os mesmos símbolos com o mesmo sentido, de tal forma que pudesse pôr-se ponto final às polémicas enfadonhas com que as pessoas se fatigam mutuamente ⁷⁹.

Locke, no entanto, estabelece uma distinção entre o “uso comum” (ou “civil”) e o “uso filosófico”. O “uso comum” regula com suficiência a significação das palavras dentro dos objectivos práticos da linguagem quotidiana ou coloquial ⁸⁰, até porque não está no arbítrio de cada pessoa, vivendo em sociedade, alterar-lhes o sentido corrente, de modo a comprometer a comunicação dos pensamentos ⁸¹. O respeito pelo “uso comum” permite falar com “propriedade” ⁸² (expressão esta equivalente à “proprietates sermonis” dos escolásticos, enquanto forma mais usual do discurso) ⁸³. Mas só no âmbito do “uso filosófico” é que se torna possível a comunicação de “noções precisas” e a expressão, através de proposições, de “verdades certas e indubitáveis”, que deixem o espírito satisfeito na sua ânsia de pesquisa da verdade ⁸⁴. Esse uso consegue-se recorrendo ao estilo reflectido daqueles autores que, providos das “mais claras noções”, se servem das palavras com rigor e exactidão ⁸⁵.

Poderíamos falar neste caso, em certo sentido, de “bon usage”, servindo-nos duma expressão corrente entre alguns Enciclopedistas, mas

⁷⁹ Cfr. LEIBNIZ, Gottfried W. — “Discours touchant la méthode de la certitude et de l’art d’inventer pour finir les disputes et pour faire en peu temps des grandes progrès”, in *Die philosophischen Schriften*, ed. de C. I. Gerardt, Berlim, 1875-1890 (reimpr. Georg Olms, 1960-1961), vol. VII, p. 174-183.

⁸⁰ Locke, John — *Op. cit.*, III, IX, 8, p. 388; cfr. III, XI, 25, p. 422.

⁸¹ *Idem*, III, XI, 11, p. 416.

⁸² *Idem, ibid.*; cfr. III, IX, 8, p. 388.

⁸³ COXITO, Amândio A. — *Lógica, semântica e conhecimento na Escolástica peninsular pré-renascentista*, Coimbra, Bibl. Geral da Universidade, 1981, p. 260.

⁸⁴ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, IX, 3, p. 386; cfr. III, IX, 15, p. 392.

⁸⁵ *Idem*, III, XI, 11, p. 416.

cuja definição, nestes últimos, não se identifica com a de “philosophical use” de Locke, pois o “bon usage” francês era entendido em geral como o modo de falar da sociedade polida, a quem repugnavam tanto as figuras de estilo demasiado fantasiosas como os termos técnicos precisos que feriam a elegância do discurso⁸⁶. Em Locke, porém, a linguagem (tanto no “uso comum” como no “filosófico”) tem uma função descritiva e designativa, já presente na língua original, que por isso teria sido composta exclusivamente por nomes concretos⁸⁷. Em conformidade com essa função, o estabelecimento das significações exige que seja possível indicar (como que apontando-as) certas qualidades sensíveis mais características e por isso mais facilmente observáveis por todos os sujeitos, tais como — tomando como exemplo a substância “ouro” —, as de ductibilidade, fusibilidade e solubilidade em água-régia; de contrário, correr-se-ia o risco de aplicar a palavra “ouro” a algo que não passasse duma contrafacção⁸⁸.

Vemos assim que a função designativa e descritiva vem pôr em causa a doutrina da subjectividade das significações, apontando para a fixidez da relação significativa. Segundo D. Givner⁸⁹, é precisamente aquela função que permite a Locke examinar as imperfeições da linguagem e sugerir remédios para elas, na peugada de Wilkins, cuja obra, *An Essay towards a Real Character and a Philosophical Language*, se propõe determinar uma relação entre a linguagem e os dados da observação e da experiência, estabelecendo tábuas que seriam “uma enumeração regular e uma descrição de todas as coisas e noções, a que deveriam ser fixadas marcas ou sinais, segundo a respectiva natureza”⁹⁰. O procedimento compagina-se com o da Royal Society, que, no domínio da filosofia experimental, exigia dos seus membros “um modo de falar preciso, simples e natural; expressões exactas; sentido claro; uma facilidade sem

⁸⁶ FRANCE, Peter — *Op. cit.*, p. 71-72.

⁸⁷ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, I, 5, p. 322. Cfr. FOUCAULT, Michel — *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*, trad. de A. Ramos Rosa, Lisboa, Portugalíia, 1968, p. 146-147. Lévi-Strauss (*La pensée sauvage*, Paris, Plon, 1985, p. 11 ss.) mostrou a impossibilidade deste ponto de vista.

⁸⁸ Locke, John — *Op. cit.*, III, XI, 19-21, p. 419-420; cfr. III, VI, 29, p. 370. Cfr. GIVNER, David A. — *Op. cit.*, p. 346 ss..

⁸⁹ GIVNER, David A. — *Op. cit.*, p. 346-347.

⁹⁰ WILKINS, J. — *An Essay towards a Real Character and a Philosophical Language*, p. 1; cit. por YOLTON, John W. — *Locke and the Compass of Human Understanding*, Cambridge, C. U. P., 1970, p. 203. Cfr. DUCHESNEAU, François - *Op. cit.*, p. 197.

artifícios, referindo-se às coisas, tanto quanto possível, como se se tratasse de evidências matemáticas”⁹¹.

É nesta linha que se compreende o propósito de Locke de fixar o “uso filosófico”, o que justifica que, em vários passos do *Essay*, se encontre a sugestão da realização de dicionários, que registassem o sentido mais exacto dos conceitos das ciências naturais e morais. Num dicionário relativo às ciências da natureza, os nomes das realidades identificáveis pela sua forma deveriam (para além da sua definição descritiva) vir acompanhados de pequenos desenhos ou figuras⁹², que possibilitassem uma intuição sensível dos objectos, de modo a que o uso das palavras, na generalidade dos utentes da língua, se conformasse aos dados da experiência. Como o próprio Locke escreve, “um vocabulário construído deste modo ensinaria talvez com mais facilidade e em menos tempo a verdadeira significação de numerosos termos (...) e fixaria no espírito dos homens ideias mais verdadeiras de numerosas coisas (...) do que fazem vastos e laboriosos comentários de críticos muito instruídos”⁹³. Esse dicionário tornar-se-ia também uma parte essencial da ciência moral construída sob a forma de demonstração rigorosa⁹⁴. E a constituição dessa ciência não poderia dispensar a observação dos efeitos práticos das acções morais. É por isso que o critério para determinar o bem e o mal é de natureza empírica, baseando-se na lei do prazer e da dor.

A aspiração de Locke era, pois, a de instaurar um sistema de sinais unívocos que pudessem ser manobrados com rigor, de tal modo que a sua relação com as ideias e, indirectamente, com as coisas permanecesse imutável. Tal sistema remediaría as inconveniências que a análise psicológica da significação nos manifestou.

*

Voltemos de novo a Vernei. Em traços gerais, as regras por ele aduzidas num capítulo da *De re logica* para evitar os equívocos semânticos, originados pela flutuação do sentido das palavras, têm a sua inspiração em Locke, apresentando-se no entanto muito mais esquemáticas e menos prolixas. E todas elas acabam por ser consubstanciadas num corolário

⁹¹ SPAT, Thomas — *The History of the Royal-Society of London*, Londres, 1667, p. 113; cit. por HOWELL, Wilbur S. — *Logic and Rhetoric in England, 1500-1700*, 2ª ed., New York, Russell & Russell, 1961, p. 390.

⁹² LOCKE, John — *Op. cit.*, III, XI, 25, p. 423.

⁹³ *Idem, ibid.*

⁹⁴ Cfr. *Idem*, II, XXII, 12, p. 208; IV, IV, 9, p. 485-486.

segundo o qual a comunicação intersubjectiva está garantida quando nos servimos da linguagem “secundum communem usum loquendi”⁹⁵, quer nos assuntos da vida quotidiana (caso em que as palavras devem ser tomadas no sentido corrente da linguagem colloquial), quer na exposição de questões relativas à filosofia e à ciência (devendo então respeitar-se o uso da comunidade filosófico-científica, a não ser que, não procedendo assim, se declare o sentido daquilo que se pretende exprimir).

Tal como em Locke, a noção de “uso” em Vernei supõe implicitamente a de “bom uso”, pois só este pode garantir os objectivos pretendidos. Mas, como depois veremos, aquela noção não possui a mesma acepção nos dois autores. De qualquer modo, o uso deve submeter-se a normas que o governem, relativamente estabilizadas e às quais adiram a maior parte dos locutores num dado momento e num meio social determinado. É por isso que Vernei, na pegada de Locke, apresenta na *De re logica* alguns princípios fundamentais, a que deve obedecer-se no uso da língua, “se desejarmos entender os outros e ser por eles entendidos”⁹⁶:

1 — A um mesmo vocábulo não devem ligar-se várias noções, de contrário o ouvinte não chegaria a perceber qual delas se pretende inculcar. Por não se respeitar este princípio é que têm lugar, nomeadamente, muitas disputas nas escolas, que incidem em último caso apenas sobre palavras, pela simples razão de que os contendores lhes atribuem significações distintas. É certo que, sendo as coisas e as ideias que temos delas em maior número que as palavras de que nos servimos, é inevitável a polissemia. O remédio está então em declarar qual a noção que, quando falamos, temos em mente. É assim que procedem os matemáticos; daí que eles raramente discutam acerca do sentido das suas demonstrações⁹⁷.

2 — Devem evitar-se o mais possível as figuras de linguagem, nomeadamente as metáforas, que consistem na aplicação do nome dum objecto a outro, em virtude de alguma semelhança que a mente descobre entre eles. Na linguagem colloquial essas figuras ocorrem com frequência, mas elas são apenas justificáveis quando facilmente se lhes descobre o sentido. Também os poetas e os oradores se servem abundantemente de metáforas, muitas vezes ousadas. Na filosofia e na ciência são, porém, condenáveis, pois “o filósofo abstém-se de todos os enfeites de palavras, rebuscadas com o fim de agradar”⁹⁸.

⁹⁵ VERNEI, Luís A. — *De re logica*, III, II, 4, p. 103.

⁹⁶ *Idem*, III, II, 3, p. 93.

⁹⁷ *Idem*, p. 101.

⁹⁸ *Idem*, p. 103.

Esclareçamos no entanto desde já que, sobre este assunto, o pensamento de Vernei, no conjunto da sua obra, não é consequente e que a doutrina exposta é uma concessão ao ponto de vista de Locke, mas fugidia e serôdia, o que revela, por um lado, que a inspiração colhida do livro III do *Essay* parece ter sido bastante tardia e, por outro, que Vernei é um autor eclético, com influências múltiplas, do que resultou um posicionamento inconsequente face à linguagem metafórica. Deste modo, as suas ambi-guidades e indecisões foram o fruto de concepções díspares da época, acolhidas com desatenção, que oscilavam, no modo de entender a linguagem, entre a sua função meramente informativa e outras funções que tinham a ver com a elegância e o ornato do estilo ⁹⁹.

*

Mas, antes de prosseguirmos com a exposição do pensamento de Vernei, debrucemo-nos pela última vez sobre Locke.

A filosofia da linguagem de Locke atrás exposta repercute-se na sua concepção da retórica. Como assinalámos, em Locke a linguagem adquire o seu uso mais legítimo quando comunica um saber de observação das realidades naturais, o que está associado ao seu carácter designativo e descritivo. Daí que, na perspectiva lockeana, a argumentação esteja subordinada à exposição, no sentido de que o efeito persuasivo do discurso deve recorrer da sua adequação às ideias e aos factos ¹⁰⁰. A linguagem não realiza a sua finalidade se não comunicar dum modo expedito as ideias dos falantes aos seus ouvintes e se aquelas não tiverem correspondência nas coisas dadas na experiência ¹⁰¹. Exige-se, pois, uma linguagem rigorosa, isto é, que as palavras signifiquem ideias determinadas e que a relação entre as primeiras e as segundas se mantenha o mais possível constante.

Obviamente, esta doutrina teria de acarretar uma condenação da retórica, como arte do estilo, pelo seu emprego de figuras ou tropos, que implicam a modificação do sentido das palavras. As liberdades de expressão figurada que a retórica permite e o seu apelo às emoções abrem a porta aos caprichos da imaginação, inculcando falsas representações. Essa a razão por que, na transmissão da verdade, deve ter-se apenas como fim

⁹⁹ Cfr. FRANCE, Peter — *Op. cit.*, p. 73.

¹⁰⁰ HOWELL, Wilbur S. — "John Locke and the New Rhetoric", *The Quarterly Journal of Speech*, Indiana, 53, 4 (1967), p. 328.

¹⁰¹ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, X, 23, p. 408.

instruir e não agradar ou divertir. Esta concepção está exposta num texto de Locke justamente célebre: “Confesso que nos discursos em que procuramos acima de tudo agradar ou divertir e não instruir e aperfeiçoar o juízo, raramente podem considerar-se como uma falta essa espécie de ornamentos proporcionados pelas figuras. Mas, se pretendermos falar das coisas como elas são, é necessário reconhecer que, exceptuando a ordem e a elegância, toda a arte da retórica, todos esses empregos artificiais e figurados das palavras, segundo as regras que a eloquência inventou, não servem para outra coisa senão para insinuar falsas ideias, mover as paixões e, por consequência, viciar os nossos juízos; de maneira que são efectivamente perfeitos embustes. Por essa razão (...), é preciso evitá-los absolutamente em todos os discursos que se proponham informar ou instruir. E não podemos considerá-los senão como grandes defeitos ou na linguagem ou nas pessoas que se servem deles, onde quer que a verdade e o conhecimento estejam em causa”¹⁰². A retórica, “esse poderoso instrumento de erro e de trapaça”, deve cingir-se ao papel de provocar deleite e entretenimento. As possibilidades emocionais da língua não têm cabimento num tipo de discurso que visa a instrução e a formação do juízo.

Com a sua doutrina, Locke deu efectivamente um apoio aos adversários da imaginação na eloquência¹⁰³, situados no campo dum racionalismo intransigente, para os quais aqueles que se servem da imaginação, provocando o prazer dos leitores ou dos ouvintes, com o uso de figuras de estilo, corrompem o que há de natural no homem, ao estimularem o que provém dos sentidos, com menosprezo do que é racional. Mas as motivações de Locke não são obviamente racionalistas. O que as suas análises visam é a constituição duma linguagem rigorosa, apta para a expressão das realidades naturais.

Não deixa de ser interessante referir que, já no século XVIII, Diderot se apercebeu da contradição em condenar a linguagem da retórica e sustentar por outro lado — como acontece com Locke — que todas as denominações (mesmo as das noções abstractas) se realizam através de palavras que originariamente designavam objectos dados na sensação. Locke deveria, por isso, ter sido consequente com o seu empirismo, propugnando uma linguagem figurada na transmissão dos conhecimentos, dirigida às faculdades sensíveis do homem¹⁰⁴.

¹⁰² *Idem*, III, X, 34, p. 411.

¹⁰³ RICKEN, Ulrich — *Op. cit.*, p. 92.

¹⁰⁴ Cfr. *Idem*, p. 118-119.

*

Como já tínhamos assinalado, a posição de Vernei é equívoca e dalgum modo contraditória face à linguagem da retórica, em virtude da disparidade de influências, mal assimiladas, que lhe estão subjacentes. Na *De re logica* o que transparece, em princípio, é o intento de constituição duma linguagem unívoca, apta para ser utilizada na filosofia e na ciência experimental. Daí o repúdio das figuras, nomeadamente da metáfora, cujo uso no discurso filosófico e científico é totalmente proscrito, ainda que seja desculpável na linguagem coloquial, quando o seu sentido não ofereça dificuldades ¹⁰⁵.

Mas Vernei não assumiu, desde o início da sua produção bibliográfica, a postura lockeana, como se torna evidente através das cartas V e VI do *Verdadeiro método de estudar*. É aliás interessante verificar que, na própria *De re logica*, há um passo em que é drasticamente restringido o ideal duma linguagem rigorosa, segundo o qual a cada palavra deveria corresponder uma única noção. Com esse passo (decalcado na *La logique ou l'art de penser* dos autores de Port-Royal) Vernei acaba por justificar uma atitude positiva face à retórica, não parecendo, porém, ter prestado atenção à incoerência daí resultante: “As palavras (...) não são apenas sinais das coisas e das percepções para cuja designação foram instituídas, mas também de outras coisas que, em virtude do uso das pessoas e da língua, àquelas estão associadas. Trata-se em geral de afecções do espírito” ¹⁰⁶. Cada palavra pode ter, portanto, para além da significação principal, diversas significações secundárias surgidas por associação, que modificam o sentido próprio, sem deixarem de ser legítimas. Se, por exemplo, dissermos a alguém “Você mentiu”, não se trata apenas de reconhecer que foi proferida uma falsidade, mas expressa-se também uma censura e até por vezes um desprezo para com a pessoa a quem nos dirigimos. A significação secundária traduz aqui um elemento afectivo. Em muitos casos, tal significação está ligada às próprias palavras, dado que elas excitam certas ideias acessórias na generalidade dos utentes da língua. Essa a razão por que, para significar a mesma coisa, podem usar-se termos tidos por todos como decentes ou chocantes, modestos ou pretenciosos, frívolos os insolentes ¹⁰⁷. Noutros casos, a significação secundária é função do comportamento de cada

¹⁰⁵ VERNEI, Luís A. — Op. cit., III, II, 4, p. 101-103.

¹⁰⁶ “Hinc voces (idem de scriptura dicendum) non solum sunt signa rerum et perceptionum ad quas demonstrandas institutae sunt, sed etiam aliarum rerum quae ex more gentis et linguae cum illis sunt coniunctae; quae plerumque sunt affectus animi” (VERNEI, Luís A. — Op. cit., III, II, 1, p. 89).

¹⁰⁷ *Idem. ibid.*. Cfr. ARNAULD, Antoine e NICOLE, Pierre, Op. cit., I, 14, p. 94-95.

falante, surgindo a partir dos gestos corporais, da mímica, da entoação da voz e doutros sinais naturais “que ligam às nossas palavras uma infinidade de ideias que diversificam, alteram, diminuem ou aumentam a significação, ajuntando-lhes a imagem dos movimentos, dos juízos e das opiniões do falante”¹⁰⁸. Ora, a especificidade das figuras da retórica consiste precisamente em que elas expressam, para além do facto propriamente dito, uma ideia conexas ou acessória (uma emoção ligada ao enunciado, a paixão sentida pelo locutor, etc.). “As expressões figuradas significam, para além da coisa principal, o movimento e a paixão daquele que fala (...)”¹⁰⁹.

Concluindo, nos autores de Port-Royal e em Vernei, o uso, como regulador do sentido das palavras, inclui as significações acessórias, o que não acontece no “philosophical use” de Locke. Compreende-se assim que na *La logique ou l'art de penser* se defenda que tais significações deveriam também ser assinaladas nos dicionários¹¹⁰.

Como dissemos, é fundamentalmente no *Verdadeiro método de estudar* que Vernei expende as suas ideias sobre a retórica como arte de bem falar e de persuadir. De entre as várias influências por Vernei recebidas nesse domínio¹¹¹ destaca-se a do oratoriano Bernard Lamy, que é amplamente seguido, como demonstrou Salgado Júnior, na sua edição daquela obra¹¹².

Ainda que de filiação cartesiana, Lamy não aderiu a um racionalismo extremo que banisse o papel da imaginação e das paixões na eloquência, com base aliás na psicofisiologia do próprio Descartes, que se propõe explicar a união no homem das duas substâncias (tidas como fundamentalmente distintas na ordem do conhecer) e a sua acção recíproca. Dessa explicação resulta, segundo o ponto de vista de muitos seguidores de Descartes, que não é admissível a oposição simplista entre a razão, por um lado, e a imaginação, a paixão e a sensação, por outro. Todos estes factos psíquicos são formas de pensamento e todos eles desempenham um papel necessário na linguagem. Ora, segundo Lamy, é nas figuras do discurso, características da retórica, que se encontra “a linguagem particular das paixões”¹¹³, na medida em que elas exercem sobre o ouvinte uma impressão (ou certos “movimentos” da alma) incomparavelmente

¹⁰⁸ *Idem*, p. 95.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 96.

¹¹⁰ *Idem*, p. 99.

¹¹¹ Sobre este assunto, ver CASTRO, Aníbal P. de — *Retórica e teorização literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973, p. 405-415.

¹¹² Ver VERNEI, Luís A. — *Verdadeiro método de estudar*, ed. organ. por A. Salgado Júnior, Lisboa, Sá da Costa, 1950, sobretudo nts. das p. 63-106.

¹¹³ LAMY, Bernard — *De l'art de parler*, 3ª ed., Paris, 1679, p. 77.

mais viva que a que possibilita o discurso corrente, quer pela utilização de palavras acompanhadas dum conteúdo afectivo e que estimulam a imaginação, quer pela ordem em que elas aparecem dispostas.

Nesta linha de pensamento, Vernei declara que os tropos e as figuras são necessários em todos os idiomas, superando as limitações expressivas da língua, tornando a conversação atractiva e concisa, pois “diz mais às vezes uma só metáfora que um longo discurso”¹¹⁴. Compreende-se então a importância, no processo de comunicação, dos “afectos da alma” ou das “paixões”, que as figuras de estilo desencadeiam, pois “ninguém pode persuadir outro sem que excite nele aquela paixão que lhe quer persuadir”¹¹⁵. É também por essa razão que deve recorrer-se à *actio*, intensificando as potencialidades teatrais do discurso, através do uso da entoação de voz, dos gestos e da mímica, ajustados à situação e aos objectivos que o falante se propõe alcançar.¹¹⁶

Vemos assim que as ideias baseadas numa razão meramente lógica, isto é, expostas sem ornatos e não fazendo apelo à imaginação e aos afectos da alma, não bastam para convencer. “Uma verdade nua e crua, proposta a uma pessoa que a não coze bem, é dura de digerir”¹¹⁷. Quer isto dizer que o arbitrário na linguagem (ainda que disciplinado e sem artificios rebuscados) desempenha um papel pelo menos tão importante quanto a razão, por ampliar as possibilidades de comunicação.

Face ao exposto, cobra sentido a apologia que Vernei faz da retórica. “Não há coisa mais útil que a retórica” — diz ele —¹¹⁸, motivo por que esta arte se estende a todo o tipo de discurso humano, pois “todo o lugar é teatro para a retórica” e quem disser que só serve para persuadir na cátedra ou no púlpito conhece pouco dela¹¹⁹. A teologia, a jurisprudência, a filosofia (e, naturalmente, a ciência) e todo o discurso quotidiano necessitam das figuras da retórica, pelo que esta tem lugar em toda a parte, sendo também extensível a qualquer língua¹²⁰.

Na tradição clássica, eram atribuídas à retórica as funções de instruir, emocionar e deleitar, equilibradas entre si. É também essa a concepção de Vernei, para quem no entanto as duas últimas funções estão ao serviço da comunicação de conhecimentos.

¹¹⁴ VERNEI Luís A. — *Verdadeiro método de estudar* (Cartas sobre retórica e poética), intr. e notas de M. L. Gonçalves Pires, Lisboa, Presença, 1991, p. 75.

¹¹⁵ *Idem*, p. 77.

¹¹⁶ *Idem*, p. 111-112.

¹¹⁷ *Idem*, p. 105.

¹¹⁸ *Idem*, p. 44.

¹¹⁹ *Idem*, p. 45.

¹²⁰ *Idem*, p. 47 e 74.

É certo, porém, que alguns passos das cartas V e VI do *Verdadeiro método de estudar* (e ainda algumas considerações aduzidas por Vernei aquando da “polémica verneiana”)¹²¹ podem parecer uma censura ao estilo característico da retórica, em prol duma linguagem não figurada. Mas deve ter-se em atenção um facto importante: o que está aí em causa é a condenação dos excessos da retórica do barroco, pela sua obsessão de singularidade e de afectação hiperbólica, que ultrapassa os limites do “razoável” (como acontece, entre nós, nalguns sermões do padre António Vieira). De facto, o que Vernei não deseja é “persuadir indiferentemente toda a sorte de figuras e uso delas”, do que resultariam “partos monstruosos”¹²².

O estilo rebuscado e afectado é ainda proscrito (mas agora dum modo extremamente contundente) num capítulo da *De re logica*, respeitante ao “pedantismo retórico”, de que são escravos muitos daqueles que esquecem que a função da linguagem se consubstancia em comunicar pensamentos e expressar sentimentos. É por isso reprovável proceder como se a elevação e a excelência do discurso consistissem no emprego de vocábulos pomposos ou extravagantes, em enfeites de estilo excessivos, na aplicação de regras precisas respeitantes à amplitude das frases, etc.. O que importa é atender ao “bom gosto” (*decorum*), quer ao falar quer ao escrever¹²³.

O conceito de “bom gosto” em Vernei implica o uso do estilo adequado ao assunto e às circunstâncias. Nessa linha de ideias é que ele faz a distinção dos três tipos de estilo na retórica — o sublime, o simples e o medíocre —¹²⁴, decalcada em B. Lamy, mas de origem ciceroniana.

*

As teorias semânticas que expusemos podem resumir-se do seguinte modo: a) a significação das palavras depende da experiência de quem as usa; b) as palavras possuem um único sentido, isto é, significam uma só ideia; c) para além do sentido próprio e primário que lhes é fixado, as palavras são susceptíveis, por associação, duma pluralidade de usos figurados.

Não obstante as oscilações e as indecisões do pensamento de Vernei, a sua doutrina mais característica inclui-se na terceira hipótese. Mas o

¹²¹ Ver, por exemplo, VERNEI, Luís A. — *Última resposta*, Sevilha, s. d., p. 3.

¹²² VERNEI, Luís A. — *Verdadeiro método de estudar* (Cartas sobre retórica e poética), p. 78-79.

¹²³ VERNEI, Luís A. — *De re logica*, VI, II, 3, p. 309-324; cfr. *Verdadeiro método de estudar*, p. 78 ss..

¹²⁴ “Medíocre” não no sentido pejorativo do termo, mas porque “participa de um e outro estilo” (o simples e o sublime) (*Idem*, p. 85; cfr. *De re logica*, VI, II, 2, p. 303).

encadeamento de associações de ideias (pelo qual uma palavra se afasta da sua significação original) depara com um limite: as figuras devem empregar-se de modo a não causar complicações inúteis no processo de comunicação. É isto que Vernei proclama (em conformidade com a crítica da retórica do barroco), ao escrever que a retórica é a “perspectiva da razão”¹²⁵ e que as figuras devem ocorrer naturalmente, sem esforço nem artifício¹²⁶, pois “um conceito que não é justo nem fundado sobre a natureza das coisas não pode ser belo, porque o fundamento de todo o conceito engenhoso é a verdade”¹²⁷.

Atribui, portanto, Vernei uma proeminência à razão, como sancionadora do discurso verdadeiro, em consonância com a mentalidade das Luzes. A relação estabelecida entre “verdade” e “verosimilhança” é também uma prova disso¹²⁸.

Estamos, pois, perante uma filosofia da linguagem de cariz racionalista, que Vernei não soube conjugar com os pressupostos do seu empirismo (ainda que o seu posicionamento nada tenha a ver com o racionalismo extremo dalguns sequazes de Descartes, que baniam em absoluto a linguagem figurada). Esse o motivo por que o *Verdadeiro método de estudar* tenha contribuído para dar consistência e difusão ao Neoclassicismo na nossa literatura¹²⁹, pois “o classicismo substituiu o barroco em nome da razão, da verdade, do bom gosto e da ordem”¹³⁰.

O predomínio da razão significa, como vimos, a apologia do que é “natural”. Mas, ao afirmar-se que a linguagem deve ser natural, isso levou a acreditar que, no interior do discurso, não existe lugar para o artificial, quer dizer, para a linguagem figurada. Com essa crença privou-se a retórica das suas bases, o que determinou a médio prazo o seu colapso, com a estética do Romantismo¹³¹. E a filosofia da linguagem de Vernei se, por um lado, nos faz compreender os fundamentos da retórica, contém, por outro, o gérmen da sua derrocada.

¹²⁵ VERNEI, Luís A. — *Verdadeiro método de estudar*, p. 46.

¹²⁶ *Idem*, p. 79-80.

¹²⁷ *Idem*, p. 128.

¹²⁸ PIRES, Maria L. G. — Introdução a *Verdadeiro método de estudar* (Cartas sobre retórica e poética), p. 22; cfr. carta VI, p. 103.

¹²⁹ SILVA, V. M. de Aguiar e — *Teoria da literatura*, 8ª ed. (reimpr.), Coimbra, Almedina, 1988, p. 514; CASTRO, Aníbal P. de — “Alguns aspectos da teorização poética no Neoclassicismo português”, *Bracara Augusta*, Braga, 28, 65-66 (1974), p. 6.

¹³⁰ SILVA, V. M. de Aguiar e — “Para uma interpretação do classicismo”, *Rev. Hist. Liter. de Portugal*, Coimbra, 1 (1962), p. 130.

¹³¹ TODOROV, Tzvetan — *Literatura e significação*, trad. de A. J. Massano, Lisboa, Assírio & Alvim, 1973, p. 100.